

## **Sob a Luz do Sol: uma agenda para o Brasil<sup>1</sup>**

*Resumo abaixo. Material na íntegra disponível em: <http://cdpp.org.br/novo/sob-a-luz-do-sol/>*

A luz do sol é o melhor desinfetante, dizia o juiz da Suprema Corte norte-americana Louis Brandeis (1856-1941). Mostrar de forma transparente o custo de diferentes políticas é essencial para o constante aperfeiçoamento da gestão pública. O objetivo deste trabalho é contribuir com a sugestão de uma agenda de política econômica para o Brasil nos próximos anos, na qual a transparência dos objetivos e dos custos é característica central.

A agenda apresentada neste documento também visa subsidiar os formuladores de política econômica com propostas para a retomada do crescimento equitativo e sustentável, com melhoria na oferta de serviços públicos de forma sustentável.

Está cada vez mais evidente que o crescimento do Brasil perdeu força. O último surto de expansão da economia, que durou até 2010, deveu-se à conjugação de cenário internacional favorável com a colheita dos efeitos positivos de um longo ciclo de reformas, que abrangeu os governos Collor, FHC e Lula. Nos últimos anos, porém, encerrou-se o forte ciclo de elevação dos preços internacionais das commodities e o período de excepcional liquidez internacional entrou em sua etapa final – ambos fenômenos benéficos para o Brasil. Internamente, a sequência de reformas foi interrompida. Em conjunto, as mudanças domésticas e externas afetaram negativamente o crescimento da economia e da produtividade.

Diante do desafio da redução do crescimento, uma nova agenda foi adotada, com mais intervencionismo, perda de transparência e flexibilização excessiva das políticas monetária e fiscal. Adicionalmente preços importantes, como combustíveis, energia e

---

<sup>1</sup> "Sob a luz do Sol: uma agenda para o Brasil" é uma obra conjunta dos associados do CDPP, uma organização sem fins lucrativos, independente e apartidária. As opiniões expressas não refletem necessariamente a opinião das suas instituições de origem.

A agenda contou com a colaboração de artigos escritos por Affonso Pastore (e Maria Cristina Pinotti), Bernard Appy, Edmar Bacha, Daniel Gleizer, Ilan Goldfajn (e Aurelio Bicalho), Joaquim Levy, Marcos Lisboa, Mário Mesquita, Naércio Menezes, Samuel Pessoa (e Fernando Holanda Barbosa Filho) e Philip Yang. Os artigos estão disponíveis na sua extensão em outro documento. Também colaboraram com textos para este resumo da agenda André Portela, Daniel Goldberg e Rubens Barbosa.

transporte público, passaram a ser administrados de forma que gerou distorções e custos na economia.

Relançar o crescimento econômico é tarefa que envolve restaurar a política macroeconômica numa conjuntura internacional menos favorável, reverter a queda na produtividade, contornar a restrição imposta pelo menor crescimento da mão-de-obra e superar o insuficiente investimento em capital físico.

Uma agenda de política econômica para o Brasil de hoje tem que lidar com a produtividade (tanto do trabalho como no conceito total dos fatores), com um salto de qualidade na gestão do Estado e com a condução consistente da política macroeconômica. Esse documento trata, em sete seções, dos principais aspectos desse desafio.

Na primeira seção, são abordados temas ligados ao marco institucional e à recuperação da produtividade, com a reafirmação de compromissos com importantes pilares da política econômica. São listadas uma série de medidas para corrigir e aprimorar o funcionamento do sistema de metas de inflação, a gestão dos preços administrados, a política fiscal, a flutuação do câmbio, as políticas de financiamento subsidiado (especialmente do BNDES), a atuação da Petrobras, as concessões de infraestrutura, o comércio exterior e o mercado de crédito.

A segunda seção traz propostas e princípios de governança das políticas públicas. Um dos focos principais é desestimular o *rent-seeking*, a busca de rendas sem contrapartida da criação de valor que beneficie a sociedade, um fenômeno que está profundamente ligado à falta de transparência no funcionamento do Estado. Nesta ótica, o tratamento similar a grupos economicamente semelhantes, como regras tributárias simples e homogêneas, evita distorções com custo elevado para a sociedade. Esta seção trata ainda das políticas sociais focalizadas, da explicitação orçamentária de gastos com transferências e benefícios, da avaliação de resultados e da racionalização do processo de aprovação e acompanhamento dos investimentos em infraestrutura.

Uma visão de *discricionariedade<sup>2</sup> limitada* nas políticas fiscal e monetária é abordada na terceira seção. O conceito visa um equilíbrio entre regras rígidas, que dão previsibilidade mas engessam demais a gestão, e a discricionariedade total, que traz flexibilidade mas também incerteza. Essa postura intermediária é reforçada pela confiança proveniente da transparência, e pela credibilidade derivada dos

---

<sup>2</sup> Discricionariedade: flexibilidade para tomar decisões.

compromissos de longo prazo. A terceira seção também traz recomendações específicas para as políticas monetárias e fiscal – como trazer a inflação para o centro da meta e derivar a meta de superávit primário de uma trajetória predeterminada da dívida bruta – e os princípios básicos de uma reforma tributária.

A quarta seção dedica-se aos investimentos em infraestrutura e à regulação econômica, que podem ser beneficiados por regras adequadas de repartição de risco entre os setores público e privado. As agências reguladoras devem ser fortalecidas e protegidas da influência política, e é necessário se buscar um modelo adequado de financiamento de longo prazo, que mobilize de forma voluntária recursos da poupança nacional e estrangeira. A quarta seção apresenta ainda uma lista de passos para a introdução da análise de custo-benefício na avaliação e na formulação de políticas públicas. Finalmente, faz-se menção à questão urbana, objeto de várias propostas na coletânea de artigos em que se baseou esta agenda.

A demografia e a contribuição do trabalho ao crescimento são as questões abordadas na quinta seção. A partir da constatação de que o Brasil vive profunda mudança estrutural da abundância para a escassez do fator trabalho, discutem-se políticas para aumentar a produtividade do trabalhador, como a melhora da qualidade da educação, e para estimular a alta da taxa de participação (relação entre o número de pessoas trabalhando e o das pessoas em idade de trabalhar). Outros temas tratados são a absorção de mão-de-obra qualificada por meio da facilitação da imigração e a necessidade de mudanças legais para que contratos negociados entre as partes possam prevalecer em relação ao legislado.

A sexta seção traz propostas específicas para a educação e as políticas sociais, vistas como alavancas que conjuntamente promovem a melhoria consistente e persistente do padrão de vida da população. Assim, a educação pode ganhar com iniciativas em que o governo federal incentive Estados e municípios a adotarem práticas eficazes para melhorar o desempenho das escolas públicas. Simultaneamente, programas como o Bolsa-Família e o Saúde na Família podem ser aprofundados para lidar com o desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida, o que a moderna ciência cognitiva mostra ter forte efeito positivo no posterior aprendizado. Ainda na educação, são listadas medidas voltadas a um salto na qualidade, como o piso salarial local e as transferências da União baseadas em indicadores de eficiência educacional.

A abertura da economia é o tema da sétima e última seção, com a compilação de indicadores que mostram o Brasil como um dos países mais fechados do mundo, o que nos afasta progressivamente das correntes mais dinâmicas do comércio internacional.

O bom desempenho brasileiro em termos de investimento externo é explicado como consequência da estratégia das multinacionais de buscar aqui o mercado interno protegido, em contraste com investimentos voltados às cadeias produtivas mundiais nos países asiáticos. Assim, para vencer a armadilha da renda média, é imperativo que o Brasil se abra, definindo e implementando uma estratégia de interação competitiva das empresas localizadas no país e buscando acordos bilaterais com países dinâmicos. Na questão da abertura da economia, merecem atenção tanto as políticas internas que incidem sobre o comércio exterior, como a redução do custo Brasil, quanto a estratégia de acordos preferenciais de comércio.

### **SOBRE O CDPP**

O Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP) é uma organização sem fins lucrativos, independente e apartidária, que se dedica a estudar e debater questões relacionadas aos temas de economia brasileira e internacional; o papel do Estado, democracia e desenvolvimento; entre outros como educação; segurança pública e desenvolvimento urbano.

Entre os nossos objetivos destaca-se identificar, pesquisar, e analisar com profundidade os principais temas e problemas que afetam o país, visando oferecer contribuições ao debate público. O CDPP é uma entidade mantida pelos seus sócios: economistas, acadêmicos e empreendedores.

Relatório de atividades de 2014 disponível em: [bit.ly/CDPP2014](http://bit.ly/CDPP2014)

### **INFORMAÇÕES À IMPRENSA**

Daniele Lisboa: +55 (11) 3039.1146 - [dlistboa@cdpp.org.br](mailto:dlistboa@cdpp.org.br)